

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA RIO DE JANEIRO Campus Nilópolis	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ	
	CONSELHO ACADÊMICO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
Pró-reitora Elizabeth Augustinho	Relator: Priscila Bentin	ATA 2017 Página 1 de 7 67ª ATA DE REUNIÃO
Data: 12/09/2017		

Participantes		
1.	Ana Paula Salerno	
2.	André Luiz Brazil	
3.	Celma Thomaz de Azeredo Silva	
4.	Fernanda Delvalhas Piccolo	
5.	Ismarcia Gonçalves Silva	
6.	José Celso Torres	
7.	Márcia Cristina de Araújo Silva	
8.	Marco Adriano Dias	
9.	Maria Celiana Pinheiro Lima	
10.	Rafael Baptista	
11.	Simone Alves	
12.	Simone Lorena Quitério de Souza	
13.	Aline Tiara Mota (Videoconferência)	
14.	Thiago Franco Leal	
Pauta		
1	Apreciação da Ata da 66ª Reunião;	
2	Apresentação da proposta do curso de Engenharia Agrônômica;	
3	Apresentação da relatoria sobre regulamentação da Educação a Distância na Graduação/IFRJ;	
4	Apresentação da minuta do Regulamento de Mobilidade Acadêmica Estudantil Internacional;	
5	Assuntos Gerais.	
Item	Ações/ Descrição	Responsável


Às treze horas e vinte e nove minutos do dia doze de setembro de dois mil e dezessete, a Pró-reitora Elizabeth Augustinho, presidente do Conselho, deu início à 67ª reunião. Apresentou os convidados presentes aos conselheiros e sinalizou que, provavelmente, esta será a última reunião deste grupo. Informou que o processo eleitoral para definição de novos membros do CAEG está próximo de ser finalizado e opinou que esta metodologia não foi favorável para a Prograd pois, devido à complexidade das ações, o mandato dos atuais conselheiros precisou ser estendido por mais de 06 (seis) meses. A conselheira Ana Paula Salerno concordou com a fala, sinalizando que esta situação provocou um esvaziamento do conselho, prejudicando os encaminhamentos. Iniciando a pauta, a Presidente Elizabeth Augustinho solicitou aos presentes a apreciação da ata da 66ª reunião, que foi aprovada por todos. Em seguida, passou a palavra à Profa. Daniela Chaves e ao Prof. Jeferson Batista, representantes da Comissão de Elaboração da proposta do curso de Bacharelado em Engenharia Agrônômica, do campus Pinheiral. Durante a apresentação, foi destacada a demanda pelo curso de Engenharia Agrônômica no Estado do Rio de Janeiro, uma vez que ele é ofertado somente na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). A Profa. Daniela Chaves destacou que ambos os cursos possuem um perfil mais tradicional, enquanto a proposta de Pinheiral insere-se em uma matriz agroecológica, valorizando a sustentabilidade, aliada a uma perspectiva transdisciplinar e priorizando a cultura familiar e pequenos agricultores. Também ressaltou que os egressos dos cursos técnicos do campus Pinheiral têm interesse em cursos nesta área e que a relação candidato x vaga na UENF

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA RIO DE JANEIRO Campus Nilópolis</p>	<p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ</p> <p>CONSELHO ACADÊMICO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
	<p>ATA 2017 Página 2 de 7</p>	<p>67ª ATA DE REUNIÃO</p>
<p>Pró-reitora Elizabeth Augustinho</p>	<p>Relator: Priscila Bentin</p>	<p>Data: 12/09/2017</p>


25 gira em torno de 11.74%. A Profa. Daniela Chaves apresentou a infraestrutura do campus e os possíveis espaços que serão utilizados pelo curso, que será presencial, integral (matutino e vespertino) e terá a duração de 10 (dez) semestres. Em relação aos laboratórios, sinalizou que será preciso construir 02 (dois) espaços obrigatórios, mas que já existe uma emenda parlamentar disponibilizada para financiar a construção. Também destacou que o prédio que está em construção já contemplará os demais espaços necessários ao curso. Em seguida, a Profa. Daniela Chaves passou à apresentação do fluxograma do curso, citando que o mesmo terá a carga horária total de 3.753 horas. Em relação ao perfil docente, informou que existe a previsão da contratação de um docente na área de biologia (que também atenderá ao futuro curso de Licenciatura em Biologia) e outro na área da agronomia, destacando que ambos atuarão a partir do 5º período. Também destacou as competências do futuro egresso e a importância de Pinheiral abrigar este curso a partir de 2018, atendendo à verticalização do ensino. O Prof. Jeferson Batista reforçou que a oferta deste curso irá melhorar a relação professor-aluno (RAP) do campus, utilizando plenamente a sua capacidade instalada. O Diretor Geral do campus Pinheiral, Prof. Reginaldo Soares, destacou a necessidade de inserirmos mais estudantes no campus e que este curso, por ser da área de Ciências Agrárias, terá um peso maior na matriz CONIF, algo importante para o equilíbrio do orçamento do campus. Finda a apresentação, a Presidente Elizabeth Augustinho reforçou que este será o primeiro curso de engenharia do IFRJ, seguindo também o instituído pela Lei Nº 11.892/2008, e abriu espaço para as considerações dos conselheiros. O conselheiro José Celso reconheceu a vocação do campus para a proposta do curso e questionou o seu tempo de duração, mas a Profa. Daniela Chaves informou que este tempo é o mínimo estabelecido por lei. O conselheiro Marco Adriano questionou se poderia acrescentar ao nome do curso a palavra "agroecologia", de forma a destacar sua vocação, mas a Profa. Daniela Chaves afirmou que tal acréscimo significaria alterar o nome do curso e o mesmo não seria reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea/RJ). A conselheira Ana Salerno informou que esta informação pode ser destacada na ênfase. O Prof. Jeferson Batista afirmou que este enfoque estará claro no projeto pedagógico do curso e em sua matriz curricular. A conselheira Ana Salerno pontuou que este é um trabalho de convencimento junto aos conselhos profissionais. O conselheiro Marco Adriano questionou o valor do salário inicial do Engenheiro Agrônomo e a Profa. Daniela Chaves informou que gira em torno de 10 (dez) salários mínimos, além de existir um amplo campo de atuação, independente do profissional possuir uma especialização ou não. Também destacou que, atualmente, vivenciamos uma realidade marcada pela degradação ambiental e pela presença de inúmeros agentes prejudiciais à saúde, cenário este que poderá ser alterado nos próximos 15 (quinze) anos, se investirmos em formação. A conselheira Ana Salerno concordou com o alinhamento do curso à tradição do campus e se declarou surpresa pelo fato desta proposta ter demorado tanto a chegar. No entanto, ao analisar o fluxograma, sinalizou que as disciplinas voltadas à área animal estão menores do que ela esperava, sendo dada uma ênfase muito grande à área vegetal; reforçou ser necessário pensar no mercado, e não somente na região do campus, lembrando que este egresso pode querer atuar em outros Estados e/ou países. A conselheira Fernanda Piccolo pontuou que a contratação de docentes neste período é praticamente impossível, considerando o cenário econômico e político do país. Também destacou o fato de 20 (vinte) docentes possuírem uma carga horária muito alta (a partir de 18 tempos) e afirmou que isto é inviável, principalmente pelos impactos físicos e psicológicos que pode acarretar. Solicitou que isto seja revisto e questionou se os laboratórios conseguirão absorver 40 (quarenta)

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA RIO DE JANEIRO Campus Nilópolis</p>	<p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ</p> <p>CONSELHO ACADÊMICO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
	<p>ATA 2017 Página 3 de 7</p>	<p>67ª ATA DE REUNIÃO</p>
<p>Pró-reitora Elizabeth Augustinho</p>	<p>Relator: Priscila Bentin</p>	<p>Data: 12/09/2017</p>


estudantes ao mesmo tempo. Em relação à contratação de docentes, a Profa. Daniela Chaves informou que um único docente com formação em Agronomia e Biologia já resolveria a questão. O Prof. Jeferson Batista informou que as turmas serão divididas em dois grupos (teórico/prática) nas aulas de laboratório. A conselheira Fernanda Piccolo questionou se a verba direcionada ao curso irá atender também à compra dos livros necessários e à alimentação dos estudantes, bem como se haverá espaço para abrigar os estudantes que não residem na região. O Prof. Jeferson Batista afirmou que a Direção Geral do campus sempre precisou agir na emergência e que já passou da hora de criarmos esta graduação; salientou que alternativas podem ser pensadas como, por exemplo, a capacitação de docentes que hoje possuem uma carga horária menor para atuar em novas disciplinas. Em relação aos livros, o Prof. Jeferson Batista informou que a compra é realizada com recursos de capital, o que pode ser alcançado com novas emendas parlamentares. O Diretor Geral Reginaldo Soares informou que o recurso para alimentação que chega através do FNDE é voltado exclusivamente aos estudantes do ensino médio-técnico, mas que estudantes da graduação podem ter as refeições pagando o atual valor de R\$ 3,00. Sobre a estadia, informou que há expectativa de transformar uma das casas funcionais em alojamento feminino. A Profa. Daniela Chaves pontuou a possibilidade de redução da quantidade de turmas do médio-técnico (atualmente são três), de forma que seja liberada carga horária docente para o curso proposto. A conselheira Fernanda Piccolo questionou se a quantidade de disciplinas de matemática na matriz do curso não seria insuficiente, mas a Profa. Daniela Chaves afirmou que não e ressaltou que as equipes responsáveis pelas diferentes disciplinas foram consultadas no decorrer da elaboração da matriz. A conselheira Ana Salerno sinalizou que a ausência de alguns pré-requisitos nas disciplinas de Biologia Celular e Bioquímica precisa ser repensada. A conselheira Ismárcia Silva fez o mesmo comentário sobre as disciplinas de Química, reforçando que a função do pré-requisito não é “amarrar” o curso, mas proporcionar maturidade ao estudante no que diz respeito ao seu percurso formativo. A Coordenadora do curso de Terapia Ocupacional, Profa. Márcia Silva, compartilhou que, tempos após a implantação da matriz, a equipe do curso percebeu a necessidade de definir alguns pré-requisitos que não foram pensados anteriormente, ao perceber que alguns estudantes estão passando para algumas disciplinas ainda muito “crus”, o que pode também ser um motivo para a evasão e retenção. O conselheiro José Celso destacou que o atual estudante da graduação em instituições públicas tem um perfil diferente daquele que se formou há tempos atrás, no que diz respeito à maturidade. A conselheira Ismárcia Silva ponderou que é preciso termos uma maior sensibilidade em relação ao perfil dos nossos estudantes, uma vez que um curso integral tira destes sujeitos a oportunidade de trabalho; portanto, é preciso pensarmos no público que queremos inserir na instituição, de forma que possamos fornecer o suporte necessário. A conselheira Fernanda Piccolo reforçou que, ao pensarmos em um curso, não podemos adotar uma postura elitista, deixando de cumprir a missão dos Institutos Federais. A conselheira Maria Celiana pontuou a importância de olharmos para os pré-requisitos pois, a partir do segundo período, o estudante ganha autonomia para definir seu percurso formativo; relatou que, no curso de Licenciatura em Química do campus Duque de Caxias, havia 05 (cinco) estudantes certificados pelo ENEM, ou seja, que não se formaram no ensino médio regular e, talvez por conta disso, não demonstravam domínio sobre alguns conceitos básicos da área de química. Desta forma, apontou o pré-requisito como um mecanismo de controle sobre o que é essencial que este estudante veja no curso, garantindo os conhecimentos mínimos necessários para que o mesmo possa pensar o trabalho de conclusão de curso. Sobre a questão da proposta apresentar uma alta carga

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA RIO DE JANEIRO Campus Nilópolis	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ	
	CONSELHO ACADÊMICO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	ATA 2017 Página 4 de 7	67ª ATA DE REUNIÃO
Pró-reitora Elizabeth Augustinho	Relator: Priscila Bentin	Data: 12/09/2017


120 horária, a conselheira Maria Celiana pontou que a mesma deve ser discutida pelo corpo docente do curso e que dificilmente a abertura de um curso novo contemplará uma carga horária “ideal”; caberá, após a abertura do curso, a luta junto aos colegiados superiores para que a distribuição de horas seja equilibrada. A conselheira Fernanda Piccolo questionou se a disciplina estágio será obrigatória e a Presidente Elizabeth Augustinho informou que esta obrigatoriedade depende das diretrizes de cada curso. No caso da Engenharia Agrônômica, a Profa. Daniela Chaves informou que não é obrigatório. O conselheiro André Brazil sugeriu o estabelecimento de uma ponte com o curso de Licenciatura em Computação do campus, ofertando mais disciplinas na área de informática, considerando os possíveis softwares que os estudantes utilizarão no exercício da profissão. A Profa. Daniela Chaves informou que a equipe avaliará a possibilidade de contemplar estas sugestões através da oferta de disciplinas optativas. A conselheira Simone Alves considerou a proposta do curso oportuna, inclusive os atuais investimentos governamentais na área justificam esta oferta; embora seja a favor da flexibilização da matriz através da diminuição dos pré-requisitos, relatou que a falta de cuidado nesta definição leva o estudante a criar um currículo “paralelo” e que o mesmo chegue ao final do curso se considerando um “formando” sem ter aprendido questões básicas. A Presidente Elizabeth Augustinho reforçou que, historicamente, há uma tendência a “engessar” nossas matrizes, impedindo o estudante de avançar no curso; atualmente, devemos buscar o equilíbrio pois, ao deixarmos tudo muito solto, criamos brechas que ferem o próprio Regulamento de Ensino de Graduação, uma vez que a quebra de pré-requisitos é direcionada somente aos estudantes concluintes. O conselheiro Marco Adriano solicitou que sejam adicionadas ao material as ementas das disciplinas, para auxiliar a análise da proposta. A conselheira Simone Alves sugeriu que as próximas propostas de curso já tragam as ementas e a Presidente Elizabeth Augustinho sinalizou que será necessário alterar a Instrução Normativa que orienta a criação de novos cursos. Ao término das contribuições, a Presidente Elizabeth Augustinho encerrou a apresentação e informou à equipe do campus Pinheiral que, após as alterações, a proposta retornará ao CAEG para distribuição da relatoria. Em seguida, passou a palavra ao Coordenador Pedagógico de Educação a Distância (EaD), Prof. Rafael Baptista, que apresentou a estrutura da Diretoria de EaD, criada em outubro de 2016 e que iniciou suas atividades em janeiro de 2017. Atualmente, a equipe conta com 6 (seis) pessoas e, neste primeiro momento, o esforço da equipe foi situar a situação da EaD no IFRJ; embora tenhamos experiências diversas desde 2009, esta modalidade sempre ficou à margem e foi trabalhada de formas individualizadas por cada campus, o que se configura em um problema aos pensarmos na EaD enquanto política institucional. Como a base institucional ainda não existe, nem mesmo no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Diretoria está desenvolvendo um trabalho de base, o que a impossibilita de atender às demandas dos campi; enquanto não definirmos a política no PDI, nada em EaD poderá ser implementado. Sinalizou que duas novas legislações foram divulgadas após a construção da minuta que os conselheiros receberam e, desta forma, algumas informações foram alteradas; desta forma, a minuta apresentada é um processo de adequação da EaD no IFRJ e as “novidades” postas pelas novas legislações serão validas pelas instruções normativas em construção, que deverão ser aprovadas pelo Conselho Superior. A conselheira Maria Celiana sinalizou a importância de institucionalizarmos a EaD, algo inclusive cobrado nas avaliações de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação. A Presidente Elizabeth Augustinho afirmou que, neste momento, nossos esforços devem ser voltados à oferta de até 20% da carga horária das disciplinas em EaD. A conselheira Fernanda Piccolo

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA RIO DE JANEIRO Campus Nilópolis	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ	
	CONSELHO ACADÊMICO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	ATA 2017 Página 5 de 7	67ª ATA DE REUNIÃO
Pró-reitora Elizabeth Augustinho	Relator: Priscila Bentin	Data: 12/09/2017

questionou como a questão da EaD está descrita no Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e a Presidente Elizabeth Augustinho informou que isto deverá ser especificado em cada projeto pedagógico do curso (PPC). Os conselheiros informaram que não receberam o Regulamento de TCC e a Presidente Elizabeth Augustinho informou que enviará o mesmo aos conselheiros e coordenações de curso. A conselheira Simone Alves solicitou um prazo para a alteração do PPC e posterior submissão ao CAEG. A conselheira Fernanda Piccolo informou que a equipe do curso de Produção Cultural está produzindo um manual para elaboração do memorial por área (música, teatro etc.). A Presidente Elizabeth Augustinho sugeriu que as alterações dos PPCs sejam apresentadas entre os meses de novembro/2017 e março/2018. A conselheira Ismárcia Silva informou que ainda está trabalhando no PPC as alterações de matriz curricular exigidas pela Resolução CNE/CP 02/2015. O Prof. Rafael Baptista opinou que o ideal é já aproveitar este momento para efetuar as alterações sobre os 20% da EaD, entregando tudo junto; no entanto, a efetiva aprovação de uma disciplina não será automática, pois deverá ser discutida em Colegiado de Curso. O conselheiro Thiago Leal iniciou a apresentação da relatoria de EaD informando que não localizou nenhuma lacuna em relação à legislação e que as dúvidas giram em torno da implementação. O Prof. Rafael Baptista informou que, embora os encontros presenciais não sejam mais obrigatórios na nova legislação, isto deverá ser uma escolha pedagógica do CAEG; uma vez que o processo da EaD foi muito flexibilizado, caberá à Instituição imprimir sua identidade. Destacou que não existe mais a nomenclatura *semipresencial*, mas sim *presencial* ou a *distância* (quando representar mais de 20% da carga horária do curso) e o CAEG precisará estabelecer o número de encontros presenciais. Em relação ao ambiente virtual, informou que já há uma Instrução Normativa aguardando análise do Conselho Superior (Consup). O Prof. Rafael Baptista destacou que o art. 8º da minuta deverá ser alterado, uma vez que a atual legislação não exige mais a avaliação presencial, cabendo ao CAEG decidir o que fazer em relação a isto; afirmou que, se a instituição já tivesse maturidade acadêmica em relação a EaD, algumas práticas pedagógicas poderiam ser flexibilizadas mas, considerando que estas mudanças na legislação foram direcionadas para atender principalmente ao setor privado, é preciso termos um olhar diferenciado em relação à qualidade do processo. Desta forma, o Prof. Rafael Baptista orientou sobre a importância de termos um padrão regulamentado, enquanto a estrutura necessária não estiver funcionando plenamente. A conselheira Fernanda Piccolo afirmou que sentiu dificuldades para compreender a proposta, principalmente sobre as “facilidades” prometidas pelo uso da EaD. O Prof. Rafael Baptista destacou a questão do “tempo”, que seria otimizado e poderia liberar o estudante para estágios e elaboração de TCC, bem como ajudaria no desenvolvimento de sua maturidade acadêmica, principalmente no que diz respeito à auto-organização. Salientou que não podemos fechar o debate na questão operacional, lembrando que a EaD alcançou uma ampla dimensão baseada em um modelo híbrido de metodologias ativas, onde a inserção das tecnologias da informação e comunicação (TICs) têm um peso para as avaliações de cursos; por atuar como avaliador do INEP, ele percebe que comumente os docentes consideram somente a utilização de um PDF ou e-mail, por exemplo, como tecnologia de EaD. Também destacou a preocupação em não precarizarmos o trabalho docente, como acontece no setor privado, onde há 200 (duzentos) estudantes para cada docente, e destacou que, de cada 10 (dez) estudantes matriculados no ensino superior, 08 (oito) estão na EaD, por ser mais barato; precisamos mudar este modelo investindo na qualidade pedagógica do processo, não se preocupando apenas em resolver a questão da carga horária docente. O Prof. Rafael Baptista informou que o campus deverá compor uma equipe

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA RIO DE JANEIRO Campus Nilópolis	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ	
	CONSELHO ACADÊMICO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	
	ATA 2017 Página 6 de 7	67ª ATA DE REUNIÃO
Pró-reitora Elizabeth Augustinho	Relator: Priscila Bentin	Data: 12/09/2017

215 de EaD e terá autonomia para definir seus processos, conforme o que for regulamentado
 institucionalmente, cabendo à Diretoria de EaD (que é sistêmica) dar apoio pedagógico aos
 docentes no processo de construção de materiais. No entanto, a Diretoria de EaD precisará
 se capacitar internamente e, posteriormente, capacitar pessoas que atuarão como
 multiplicadores. Serão fornecidas capacitações em fluxo contínuo, com carga horária
 220 mínima de 40 horas, para utilização das ferramentas em EaD. Inicialmente, teremos uma
 turma experimental presencial voltada aos docentes, em outubro, com 07 (sete) encontros
 presenciais no campus Nilópolis e 01 (um) em EaD; também será ofertado um curso de
 práticas pedagógicas em EaD, a partir de novembro. O conselheiro Thiago Leal questionou
 se os encontros presenciais serão ministrados por um docente ou tutor e o Prof. Rafael
 225 Baptista informou que no IFRJ não existe a figura do tutor ou verba para pagamento, o que
 só pode ser feito através de programas específicos. O conselheiro André Brazil opinou que
 o novo sistema acadêmico vai auxiliar a implantação da EaD nos campi, pois as formas de
 comunicação com o estudante serão ampliadas; também pontuou sobre a importância de
 termos ao menos 01 (um) encontro presencial para orientação aos estudantes sobre como
 230 interagir com o ambiente virtual, uma vez que nem todos têm facilidade para lidar com
 recursos de informática. O conselheiro André Brazil sugeriu considerar bancos de questões
 nas avaliações presenciais e argumentou que o peso da nota precisa ser repensado. O
 conselheiro Marco Adriano questionou se o novo sistema acadêmico será utilizado para
 EaD neste momento e o Prof. Rafael Baptista informou que não. A conselheira Simone
 235 Alves solicitou a alteração do art. 5º, pois toda revisão do PPC deve ser aprovada pelo
 Colegiado do Curso, não basta ser aprovado somente pelo Núcleo Docente Estruturante e
 considerou que não deve constar que a defesa do TCC será obrigatoriamente presencial,
 pois nem todos os cursos terão defesa. A conselheira Fernanda Piccolo e o conselheiro
 Thiago Leal defenderam a manutenção desta última informação, mas a conselheira Simone
 240 Alves reforçou que esta orientação deve constar apenas no TCC de cada curso, e não no
 Regulamento pois, como o Prof. Rafael Baptista afirmou, não existe mais esta
 obrigatoriedade. O Prof. Rafael Baptista argumentou que todos os pontos flexíveis deverão
 ser negociados por cada curso, uma vez que a Diretoria de EaD busca respeitar a
 autonomia e poder decisório dos mesmos. Destacou que, embora os encontros presenciais
 245 não sejam mais obrigatórios, tanto a Diretoria de EaD, quanto a Prograd, consideram
 pedagogicamente importante manter, para correção de curso e reorientação dos
 estudantes no seu percurso formativo. Argumentou que a evasão virtual é difícil de ser
 controlada, pois o controle do tempo está sob o poder do estudante. O conselheiro André
 Brazil julgou ser necessário 01 (um) encontro, no máximo. O Prof. Rafael Baptista destacou
 250 que todas estas questões estarão refletidas no PDI, por isso a urgência da aprovação da
 minuta em cada conselho. A conselheira Simone Alves afirmou que não seria possível
 aprovar questões tão importantes em 20 (vinte) minutos e que não se responsabilizaria pela
 aprovação da minuta em um momento de mudança da composição do CAEG, transferindo
 o problema para quem chegará; se realmente houver a urgência da aprovação, que seja
 255 solicitada *via ad referendum*. A conselheira Fernanda Piccolo solicitou o encaminhamento
 de uma nova minuta, já contemplando a nova legislação, para que os conselheiros possam
 analisá-la com propriedade. O Prof. Rafael Baptista informou que providenciará, mas
 destacou que a pós-graduação EaD só poderá iniciar quando tivermos a oferta de, pelo
 menos, um curso de graduação. Desta forma, a Presidente Elizabeth Augustinho acordou
 260 que o documento retornará à Diretoria de EaD para as adequações necessárias e,
 posteriormente, será encaminhado às coordenações de curso, antes de retornar ao CAEG.
 Às dezessete horas e quarenta minutos, a reunião foi encerrada. Nada mais havendo a

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA RIO DE JANEIRO Campus Nilópolis</p>	<p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ</p> <p>CONSELHO ACADÊMICO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO</p>	
	<p>ATA 2017 Página 7 de 7</p>	<p>67ª ATA DE REUNIÃO</p>
<p>Pró-reitora Elizabeth Augustinho</p>	<p>Relator: Priscila Bentin</p>	<p>Data: 12/09/2017</p>

registrar eu, Priscila Bentin, encerrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos demais presentes.